

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CENTRO DE LETRAS E ARTES

INSTITUTO VILLA-LOBOS

LICENCIATURA EM MÚSICA

ONGS E PROJETOS SOCIAIS EM UMA EDUCAÇÃO NEOLIBERAL: O QUE
PODEMOS TIRAR DE POSITIVO NESSE CONTEXTO?

LEONARDO LOPES FARIAS

RIO DE JANEIRO, 2016

ONGs e projetos sociais em uma educação neoliberal: o podemos tirar de positivo nesse contexto?

Por

LEONARDO LOPES FARIAS

Projeto de Pesquisa submetido ao Curso de licenciatura em música em Música do instituto Villa-Lobos do Centro de Letras e Artes da UNIRIO, como requisito parcial para a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso, sob a orientação do Prof. Dr. Álvaro Neder.

RIO DE JANEIRO, 2016

AGRADECIMENTOS

A Deus, que me deu a oportunidade de ter contato com a música, ao ponto de chegar a uma universidade pública.

A minha mãe Luiza, ao meu irmão Edson, minha irmã Thaís e ao meu pai Luiz (em memória). Que me apoiaram e compreenderam todo esse processo.

Aos Pastores da minha igreja, em especial Pr. Celso e Pr. Josué, que iniciaram o projeto com aulas de violão.

A todos os professores da Unirio, em especial ao Dr. Álvaro Neder, que aceitou me orientar neste trabalho.

A todas as pessoas que contribuíram direta e indiretamente para minha formação ao longo desses anos.

FARIAS, Leonardo Lopes. ONGs e projetos sociais em uma educação neoliberal: o que podemos tirar de positivo nesse contexto? Monografia (Licenciatura em Música) – Curso de Licenciatura em Música. Instituto Villa-Lobos, Centro de Letras e Artes, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

RESUMO

As ONGs se tornaram uma alternativa para a promoção social, na maioria das vezes atuando com populações de baixa renda. Elas conseguem transmitir um forte sentimento de mudança de vida, pois atuam de modo prático e imediato. Isso em pleno um cenário de uma educação, inspirada pelo sistema neoliberal. Contudo, elas não conseguem substituir o papel do Estado, pois as ONGs foram concebidas para ajudar em certas situações, e não substituir o poder público, fato que ocorre frequentemente.

Palavras-chave: ONGs e projetos de música, em um cenário neoliberal.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	06
CAPÍTULO I- Definição de ONGs e seus projetos sociais.....	09
CAPÍTULO II- 2. 1. Contexto histórico do neoliberalismo.....	14
2. 2. O neoliberalismo na educação brasileira.....	17
CAPÍTULO III- 3. 1. Os projetos sociais que usam a música para uma ferramenta de transformação social.....	20
3.2. O canto orfeônico e os projetos sociais.....	26
Considerações finais.....	29
Referências Bibliográficas.....	31

INTRODUÇÃO

Este trabalho vem mostrar a relação das ONGs com a educação, em especial com o ensino de música em projetos sociais. Escolhi falar sobre educação em ONGs, porque participei de uma ONG que oferecia um projeto que tinha entre suas ramificações aulas de música, e posso falar um pouco dessa realidade. Mitos são levantados quanto ao tema que os alunos que participam dos projetos todos se englobam como jovens carentes, na verdade não é isso, embora no projeto que participei houvesse jovens com baixa renda, também participavam adultos, idosos com condições financeiras consideradas boas. A questão é que o fator local se torna determinante, pois embora não houvesse uma extrema pobreza, na qual esse projeto estaria ali para ‘salvar seus participantes’, tinha uma grande ausência de atividades culturais nessa localidade, pois não era de interesse dos governantes promover atividades culturais, em lugares mais isolados, que não darão grande repercussão para a mídia. Como eu disse, não estava perdido, mas se não fosse esse projeto eu não teria contato com a música, de uma forma técnica, e assim não teria a oportunidade de ingressar em uma Universidade que exige THE.

Com base na literatura pesquisada, este trabalho busca responder: O que são ONGs e projetos sociais? Como surgiram? Qual sua relação com o neoliberalismo? Como o neoliberalismo afeta a educação no Brasil? Será que o ensino de música ofertado pelos projetos sociais, de fato modificam a vida dos participantes? E qual a relação dos projetos com o canto orfeônico?

De acordo com o que foi pesquisado ao longo deste trabalho, os objetivos são: Definir ONGs e projetos sociais, e sua relação com o contexto histórico da educação em geral, que desde sempre sofreu interferências de outros campos, que de uma forma direta ou indireta, sempre buscou algum benefício extra educacional, isso por parte de quem detêm o poder.

Durante a pesquisa que inclui teses de doutorado e artigos de revistas, pude fazer uma comparação mais detalhada entre as ONGs e minha história de vida. Iniciei meus estudos em um projeto que tinha por objetivo musicalizar através do violão clássico, por ironia do destino iniciei minhas aulas sem ter o instrumento, pois meus pais não tinham condições financeiras de comprar um instrumento, além de acharem desnecessário esse

aprendizado, mas contra esses fatores dei prosseguimento ao curso, graças a doação de instrumentos feita pelos idealizadores desse projeto. Passados alguns anos fui desenvolvendo no instrumento e me tornei monitor, a princípio sem remuneração financeira, e posteriormente passei a receber um salário simbólico, mas significativo para mim, com isso fiquei incentivado a me aprofundar no universo musical, e orientado pelo meu professor de violão comecei a fazer concursos para me profissionalizar, o primeiro foi o curso técnico da escola de música Villa-Lobos, local onde fiz três cursos técnicos, e posteriormente entrei na universidade no curso de licenciatura em música, com dois intuitos primordiais, o primeiro era passar em um concurso, e com isso obter uma estabilidade financeira fazendo um trabalho que me completa, e segundo a partir disso poder ajudar outras pessoas a terem contato com a arte, sem essa ideia de salvacionismo, mas de propagar a música, pois em muitos lugares ela ainda está ausente no sentido de ensino, pois todos os povos possuem suas músicas, e temos que respeitá-las sem hierarquizar.

Depois que ingressei na universidade esse projeto acabou, e fiquei me perguntando os motivos, mas a princípio foi a falta de investimento financeiro, com isso me ative e pensei como muitos alunos perderam a oportunidade de optarem por seguir a carreira musical, mas se considerarmos que a educação é um direito negado à maioria da população, poderemos ‘compreender essa triste realidade’, pois o problema que afeta a educação brasileira, como falta de recursos e o pouco caso que é feito com relação a educação vem de longe, pois após a colonização, levamos 50 anos para termos a primeira escola primária no país.

Os 200 anos do ensino jesuítico no Brasil estabeleceram o sacerdote jesuíta como professor e o irmão coadjutor como funcionário da educação. Originando-se, a partir daí a visão da atuação do professor como “missionário”, estabelecendo uma referência simbólica para a condição futura do exercício profissional (VIEIRA, 2007), que, associada a outras condicionantes do período, não possibilitou lograr na profissão o reconhecimento digno de sua sobrevivência, a começar pelo salário. (FERREIRA, 2012, p. 341).

Com isso, vemos que o descaso com a educação vem de muito tempo atrás, e esse descaso provoca sérios problemas, pois se o profissional da educação ganha mal, e

ele terá que trabalhar mais para poder aumentar sua renda, além de se desgastar de maneira que comprometa esse ensino.

Esse desgaste pode ser visto de diversas formas, seja em seu deslocamento para atender em diferentes localidades ou a perda do seu tempo de descanso, pois normalmente esse profissional, tem que acordar mais cedo, por questão do local onde trabalha, com isso ele acaba perdendo parte do seu tempo de lazer.

A valorização dos profissionais de educação, seja na escola formal ou em ONGs é de extrema importância, é necessário ter um plano de carreira, jornada definida, salário decente e uma formação continuada, coisas que infelizmente não vemos com tanta frequência, isso acaba promovendo o abandono desses profissionais em sua área e buscando outras que lhes proporcionem maiores vantagens.

(...) desmotivados pela própria carreira e não tendo condições de sobreviver a partir dela, os profissionais aventuram-se pelos caminhos da dupla jornada de trabalho, que, ao longo de sua vida, lhes proporcionará de forma antecipada os efeitos das moléstias inerentes à profissão (...) o princípio do acúmulo de jornada é uma chaga, que tem condenado profissionais a conviver relativamente cedo com as moléstias da profissão e, na hora da aposentadoria, com a supressão de parte dos seus vencimentos (quando conformados de gratificações e adicionais que não incorporam) e de anos significativos da sua expectativa de vida. (...) o acúmulo de jornada, condena-se o professor a não ensinar como deveria e o aluno a não aprender como deveria. (FERREIRA, 2012, p. 345).

Mesmo com todas essas desmotivações, a educação continua sendo o único caminho para alcançarmos mudanças reais, inclusive no próprio âmbito educacional, pois se cruzarmos os braços e deixarmos as coisas correrem a tendência é piorar. Logo é nosso dever promover um pensamento crítico, e participativo em nossos educados.

A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste trabalho, foi a revisão bibliográfica sobre teses e artigos que falam sobre ONGs, projetos sociais e o neoliberalismo na história da educação.

CAPÍTULO I

Definição de ONGs e seus projetos sociais

As ONGs são Organizações Não Governamentais, elas também são conhecidas como o Terceiro Setor, que lembra a relação do caráter caritativo existente entre o Estado e a Igreja Católica no século XIX. O Terceiro Setor é formado por associações e entidades sem fins lucrativos, ele recebe investimento financeiro por parte de empresas privadas e pelo governo, seu objetivo declarado, é a melhora da qualidade de vida das pessoas atendidas. No Brasil esse termo possui outro nome, mas que atua da mesma forma.

No ordenamento jurídico brasileiro não existe a expressão Organização Não Governamental (ONGs), mas organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), na Lei 9.790/99. A OSCIP é uma qualificação institucional (e não um tipo de instituição) dada pelo poder público federal às organizações que cumprem determinados requisitos (GUAZINA, 2011, p. 2).

Esse termo ‘ONGs’, surgiu pela primeira vez em 1940, pós-guerra, ‘para designar entidades não oficiais que recebiam ajuda financeira de órgãos públicos para executar projetos de interesse social’ (MACHADO apud GOHN, 2000), elas trabalhavam dentro de uma filosofia de trabalho chamada de ‘desenvolvimento de comunidade’.

Essa perspectiva de desenvolvimento de comunidade surge na América Latina como parte de uma estratégia mais ampla do sistema capitalista, que buscava a superação da pobreza, do atraso e subdesenvolvimento do chamado “Terceiro Mundo”. Trata-se do “Nacional Desenvolvimento” (1930- 1964), cujas políticas desenvolvimentistas eram propugnadas por organismos internacionais como: ONU, OEA, CEPAL, BID, FMI, visando o progresso e a modernização da sociedade, sobretudo pela via do crescimento econômico. (MACHADO, 2009, p. 44).

Na realidade essa ‘ajuda’ tinha um cunho político, pois com o fim da Segunda Guerra Mundial, o mundo viveu a chamada Guerra Fria, onde o mundo ficou dividido em dois blocos, um com os Estados Unidos e outro com a União Soviética, com isso ambos disputavam territórios por toda parte do mundo, com isso os Estados Unidos se

viu na necessidade de ajudar os países que pertenciam a seu bloco, com único interesse de manter sua hegemonia.

Aqui na América Latina, a princípio esse termo ONG possuía o nome de “Centros Populares”, enquanto na Europa e nos EUA eram ONGDs (Organizações Não-Governamentais de Desenvolvimentos), como também eram conhecidas as ONGs de 1º Mundo, e só posteriormente esse termo ‘ONG’ foi incorporado na América Latina.

O amparo que os Estados Unidos davam a esses países, promovia uma falsa sensação de progresso, pois estes ficavam cada vez mais dependentes do líder do sistema.

(...) o Nacional Desenvolvimentismo foi uma forma de desenvolvimento capitalista dependente e subdesenvolvido para a América Latina que, embora tenha elevado a economia e feito avançar a industrialização e a urbanização, levando os países latinos americanos a saltarem da periferia para semi-periferia do capitalismo mundial, fez com que o processo de modernização desses países permanecesse na condição de dependência externa, sobretudo por não ter promovido um processo de industrialização orgânico, uma autonomização do Estado nacional em relação ao poder dos países mais desenvolvidos e uma independência da sociedade civil. (FERNANDES 1987 apud MACHADO 2009, p. 45).

Nesse contexto conturbado, as ONGs continuavam a surgir e se propagar na América Latina, buscando contribuir para o desenvolvimento do sistema capitalista, participando na amenização dos males causados pelo sistema, conforme Machado (2009, p. 45). ‘Com isso, apaziguavam-se os conflitos sociais e evitam-se as manifestações e possíveis avanços no sentido de um modelo alternativo de sociedade o ‘socialismo’.

No Brasil, as ONGs advêm do modelo norte-americano. Elas já existiam antes da sua legitimação.

Muitas ONGs brasileiras já existiam nas décadas de 1960 e 1970. Elas apenas não tinham um nome que as reconhecesse conjuntamente, o que faz com que autores como Gohn (2000) afirmem que as ONGs brasileiras só nascem nos anos de 1980. Quando, de fato, o que ocorre nesse período é a adoção do termo que lhes confere uma identidade. (MACHADO, 2009, p. 46).

As ONGs brasileiras surgem em meio ao cenário da ditadura militar, período no qual vigorou novas estratégias de desenvolvimentos para América-Latina. A ‘Autoritária Modernizante de 1964 a 1978’, que dava continuidade ao crescimento econômico advindo do Nacional Desenvolvimentismo. Contudo gerava “repressão política e cultural, excluindo as classes populares e até mesmo as tradicionais autoridades religiosas, como as da Igreja Católica”. (FERNANDES, 1994 apud MACHADO, 2009, p. 46). Com isso algo muito interessante ocorre nos financiamentos das ONGs.

Não por acaso, várias das ONGs que emergem após os anos 1970 possuíam, não só, financiamentos internacionais, mas também, “o apoio de alas progressistas da Igreja católica, que reviu suas posições quanto à organização de movimentos e mobilizações conscientizadoras”. (GOHN, 2000, MACHADO, 2009, p. 46).

No período da ditadura, os movimentos sociais sofreram grandes repressões, pois opunham-se ao modelo ditatorial, que tinha a finalidade de reprimir qualquer movimento contrário, e com objetivo de se manter no poder, e em busca dele, houve o golpe de estado em 1964, que instalou a ditadura no Brasil. Netto descreve o que é golpe.

(...) uma “contra- revolução preventiva”. Ou seja, “adequar os padrões de desenvolvimento nacionais e de grupos de países ao novo quadro (...) de internacionalização do capital; golpear e imobilizar os protagonistas habilitados a resistir a esta reinserção mais subalterna no sistema capitalista”. Idem frear os mais variados movimentos sociais que se posicionavam em defesa de um modelo alternativo de sociedade. (NETTO, 2000 apud MACHADO, 2009 p. 16).

Muitas ONGs no período ditatorial trabalhavam com serviços de assessoria ou apoiavam os movimentos populares, mostrando que nem todas as ONGs estavam preocupadas em contribuir com o desenvolvimento comunitário, que tinha por objetivo ‘promover o avanço dos países subdesenvolvidos,’ mas visavam combater as injustiças sociais decorrentes do cenário nacional.

Com o fim da ditadura em 1985, surge uma nova estratégia no mundo capitalista, o ‘Neoliberalismo’.

A partir da década dos anos 80 adiante, as ONGs passaram a ganhar maior reconhecimento no cenário brasileiro, principalmente na transparência administrativa que a legislação exige.

Conforme o texto da Lei 9.790, as OSCIPs devem ter as seguintes finalidades entre seus objetivos: I- promoção da assistência social; II- promoção da cultura, defesa e conservação do patrimônio histórico e artístico; III- promoção gratuita da educação, observando-se a forma complementar de participação das organizações de que trata esta lei; (...)VII- promoção do voluntariado; VIII- promoção do desenvolvimento econômico e social e combate à pobreza; IX- experimentação, não lucrativa, de novos modelos sócio- produtivos e de sistemas alternativos de produção, comércio, emprego e crédito; X- promoção de direitos estabelecidos, construção de novos direitos e assessoria jurídica gratuita de interesse suplementar; XI- promoção da ética, da paz, da cidadania, dos direitos humanos, da cidadania, dos direitos humanos, da democracia de outros valores universais. (BRASIL, 1988 apud GUAZINA, 2011, p. 2).

O desenvolvimento das ONGs se dá quando os dirigentes neoliberais percebem que suas políticas estavam causando descontentamentos sociais de grandes proporções. Os políticos neoliberais passaram a financiar e a promover estratégias paralelas nos EUA, Europa e América Latina, disso nasce o ‘grass roots’ que significa ‘raiz da grama’, esse advém de movimentos e mobilizações espontâneos com objetivo de demonstrar uma causa, nesse caso com uma ideologia anti estatal, para trabalhar com as classes conflitantes.

Nos anos 90 havia várias ONGs que eram financiadas pelo neoliberalismo, com intuito de estagnar e não prestar ajuda aos movimentos sociais que colidiam com o governo. Contudo elas conseguiam vender uma imagem positiva, muito pelo seu trabalho humanitário.

(...) as ações assistencialistas da década de 1970, a exemplo da distribuição de sopões, apoio humanitário às vítimas das ditaduras militares, entre outras, que geraram uma imagem favorável delas, até

mesmo entre os setores de esquerda. (PETRAS, 1999 apud MACHADO, 2009 p. 50).

Ainda havia as limitações dessas organizações, pois muitas delas simplesmente ignoravam as violações dos direitos humanos, feitas por seus patrocinadores norte-americanos e europeus, na verdade vemos que a ideia era resolver os problemas de maneira paliativa.

Não havia esforço sério para ligar as políticas econômicas neoliberais às violações dos direitos humanos, pois os patrocinadores limitavam a esfera da crítica e das ações das ONGs em prol dos direitos humanos. (PETRAS, 1999 apud MACHADO, 2009p. 50).

Nos dias atuais, ONGs vêm se tornando uma possibilidade de mudança cada vez mais presente na vida da população, elas fazem um enfrentamento direto aos efeitos causados pelo sistema neoliberal, esse sistema surgiu como uma reação teórica e política ao Estado de Bem- Estar Social, que tinha o objetivo de garantir proteção social à população dos países capitalistas entre os anos de 1948 a 1973, em especial aos países considerados desenvolvidos. No Estado de Bem- Estar Social, medidas de proteção social e trabalhistas foram adotadas com objetivo de diminuir os males causados pelo capitalismo como: pobreza, desemprego e desigualdades sociais. Cada país possuía suas particularidades e suas medidas, porém mantinha o eixo comum de restringir as ações de livre mercado, com finalidade de “(...) conceder proteção social a todos os cidadãos e garantir a edificação de uma sociedade menos desigual, enfrentando a estratificação imposta pelo mercado” (GUAZINA, 2011 apud POCHMANN, 2004, p.19), ocorreram medidas como redistribuição de renda, colocadas em fundos públicos com intuito de garantir a proteção aos mais pobres. Essas ações de proteção, não propunham uma transformação profunda da sociedade em busca de equidade, mas a manutenção do status daqueles que alcançaram uma posição no mercado de trabalho.

Com a grande crise de 1973, o mundo capitalista caiu em recessão, pois pouco se crescia economicamente, e a inflação aumentava de modo desproporcional a economia. Para tentar solucionar esse problema, houve em Mont Pèlerin um conselho que buscou novos caminhos, para retomada do crescimento econômico para o mundo

capitalista. Nessa reunião, seus idealizadores puseram a culpa da crise nos movimentos operários, que buscavam melhores condições de trabalho e aumento salarial.

Nesse cenário conflituoso, o neoliberalismo propôs medidas para a resolução do problema. Como fortalecer o Estado, para que esses pudesse conter a crise, mas continuando a favorecer as elites.

(...) estabilidade monetária, reduzindo gastos sociais, diminuindo a força do movimento operário e restaurando a taxa 'natural' de desemprego para a manutenção de um exército de reserva de mão de obra. Também propunha a redução de impostos sobre grandes rendimentos e rendas, a facilitação dos fluxos de capitais, as privatizações e a dinamização da economia baseada na desigualdade social. (GUAZINA, 2011, p. 19).

O Brasil sofreu forte influência do neoliberalismo entre as décadas de 80 e 90, tantas que influenciaram na Constituição de 1988. 'Disso resultou uma série de disputas em torno de garantia, ganho e/ou perda de direitos, que estão presentes na sociedade brasileira até hoje'. (GUAZINA, 2011, p. 20). Nessa época o Terceiro Setor alcançou maior importância no país, com ações populares de diversos tipos, associadas ou não aos movimentos sociais. Contudo é necessário diferenciar ONGs e seus projetos sociais dos movimentos sociais.

As organizações são institucionalizadas os movimentos não. Elas podem ter sistemas de relações internas informais, pouco burocratizadas, mas precisam ser, no mínimo, eficientes. Elas têm de se preocupar com a perenidade para sobreviver, e ter um cotidiano contínuo. Os movimentos não; eles têm fluxos e refluxos, não são exatamente estruturas funcionais. São aglomerados polivalentes, multiformes, descontínuos, pouco adensados, não necessitam compromisso com a eficácia operacional, a não ser algum tipo de resultado para suas bases. Eles não têm de fazer balancetes, prestar contas ou pagar funcionários. As ONGs têm tudo isso no seu cotidiano; seus orçamentos ocupam a maior parte do tempo dos dirigentes. Em síntese, a lógica que preside as ONGs tem de se basear na ação racional. Os movimentos sociais são um misto de não-racional/racional e até de irracional em certos momentos. (GOHN, 2000 apud MACHADO, 2009, p. 49).

Hoje as ONGs passam, uma forte sensação de mudança nos locais em que atuam, com uma tendência a “responder de modo mais imediato questões em áreas percebidas como carentes de desempenho ativo ou de investimento do Estado e de outras agências públicas em geral” (ARAÚJO, 2006) O conceito de transformação social é provavelmente a visão mais projetada de uma ONG, já que elas foram idealizadas para sanar as deficiências do Estado, buscando o desenvolvimento.

CAPÍTULO II

2.1. Contexto histórico do Neoliberalismo.

Os impactos consequentes da globalização e da política neoliberal na educação, e em outros setores, não é algo recente, contudo esses impactos foram absorvidos de modo tão natural que passaram a ser aceitos como normais. Com isso há um abandono da crítica sobre assuntos que interferem diretamente em nossa realidade como um todo.

As constantes transformações sofridas pelo Brasil e o mundo com relação aos efeitos do sistema neoliberal, implicam também a educação, pois ela fica à mercê dos interesses dos seus administradores.

Na medida em que o mundo torna-se um grande mercado, as relações pautam-se pelos critérios do lucro e do consumo individualista. Como educar-se, de acordo com essa lógica, a própria educação passa a ser uma mera mercadoria de modo semelhante a qualquer objeto de consumo, no mercado global? Apesar de todos os esforços teórico-práticos, o ideal de uma educação crítica e emancipadora continua sendo o grande desafio. (SANTOS Y ANDRIOLI, 2005, p. 1).

Esses efeitos advêm das políticas voltadas para atender ao interesse de uma minoria que detêm o poder monetário, causando com isso o aumento das desigualdades. O próprio termo globalização é discutível, pois embora em seu discurso afirme que abrange a todo o globo terrestre, a maior parte dele fica de fora da grande circulação de capital, entre eles estão países da Ásia, África e América Latina. Os efeitos dessa ‘globalização’ são a exclusão social, o desemprego e o aumento considerável da miséria. Ela tem uma visão predominantemente econômica, que privilegia o livre mercado e as privatizações.

O neoliberalismo é um sistema-político-econômico baseado na defesa da liberdade individual, nos campos econômico, político, religioso e intelectual, contra as interferências e atitudes coercitivas do poder do governo.

Com a influência do neoliberalismo, além das intervenções do FMI e do Banco Mundial, os países ficam submetidos aos ideais desses sistemas controladores, que têm como estratégia para a educação, a meritocracia, mostrando a educação liberal como

única alternativa para se alcançar uma ascensão social, passando a ideia de todos podem alcançar um lugar de destaque, e que se porventura um aluno continuar na pobreza, a culpa é dele, pois não se esforçou o suficiente para superar a pobreza.

Muito se fala sobre liberalismo e neoliberalismo, mas qual a relação entre esses dois sistemas?

Historicamente, o neoliberalismo é filho do liberalismo. O liberalismo surgiu e se desenvolveu nos séculos XVII e XVIII em oposição à monarquia absoluta, esta, fundada na ideia de hierarquia divina, social e natural, baseada na estrutura feudal de produção, bem como numa concepção teocrática do poder. Baseado na ideia de que os seres humanos são, por natureza, livres e iguais, o direito liberal rompe com a ideia de direito divino do monarca e, portanto, com a hierarquia estabelecida. O exemplo clássico deste rompimento foi a Revolução Francesa em 1789. Em lugar de uma submissão cega ao poder e a vontade do rei, criou-se a noção de direito civil, onde há regras (leis= direito positivo) que valem para todos, privilegiando o indivíduo, sua liberdade e seu direito natural a propriedade. Nasce o Estado liberal, com a função de legislar e garantir a ordem pública. Conforme Nascimento (1997) o pensamento liberal-social promove o Estado a um organismo ativo na organização da economia, da política e da vida dos cidadãos. Sua função era intervir, organizar, planejar e participar na esfera da produção econômica. (SANTOS Y ANDRIOLI, 2005, p. 6).

O modelo liberal não pode mais vigorar, pois agravantes como o fracasso das políticas desenvolvimentistas nos países chamados de Terceiro Mundo, fizeram com que o sistema mudasse sua forma de atuação. Isso porque a liberdade, teoricamente era o valor primordial para o liberalismo, ainda se encontrava restrita. Logo era necessária uma reinvenção do sistema, sempre almejando a expansão da liberdade individual, e assim nasce o neoliberalismo.

O neoliberalismo não é um sistema à parte do liberalismo, porém possui ideais radicais em relação ao liberal clássico. Entre suas ideias temos o mito do “Estado - mínimo”, esse com objetivo de reduzir o quanto possível a participação do Estado nas relações mercadológicas.

Nos anos 70, o capitalismo sofreu um grande desgaste, pois com o aumento das tecnologias, veio a superprodução que causou uma gradativa redução na taxa de lucros.

Para tentar solucionar esse problema, foi reforçado o ideal de competitividade e a retirada das influências do Estado sobre a economia.

No entanto, o que verificamos é que com o acento no livre mercado houve uma diminuição do crescimento econômico (de 4% na década de 60 para uma estagnação em 1% na década de 90), a desigualdade entre países ricos e pobres cresceu 110 vezes (desde a 2ª Guerra Mundial até a década de 90), o desemprego aumentou no mundo inteiro e a miserabilidade da população é crescente, principalmente nos países pobres. No atual contexto da economia capitalista, em que o capital assume seu caráter de expansão mundial livre de que pudesse existir no contexto da “guerra fria”, com o aprofundamento da divisão internacional do trabalho, a submissão da maioria dos governos aos interesses dos capitalistas e o recuo na organização dos trabalhadores, acompanhamos o ressurgimento de características anteriores ao próprio estágio inicial da organização da classe trabalhadora. Além disso, o Estado diminuiu somente no que se refere às políticas sociais, já que em termos de aparato coercitivo (Ex: OTAN) e incentivo às corporações ele só tem aumentado. Os próprios liberais falam de um aumento do Estado nas últimas décadas e podemos acrescentar que ele está sendo máximo para o capital e mínimo para os trabalhadores. (SANTOS Y ANDRIOLI, 2005, p. 6).

Apesar da ineficiência desse sistema que atende aos interesses da minoria, o que podemos extrair de positivo ao sistema neoliberal? De fato, os ideais de liberdade, fraternidade e igualdade foram necessários naquela época, e promoveram relevantes mudanças, contudo com essa legitimidade de acumulação de propriedades privadas e do acúmulo de capital durante o decorrer da história, causou a impossibilidade da emancipação humana. Hoje se faz necessário pensar em outro modelo, que atenda aos interesses da maioria.

2.2. O Neoliberalismo na educação brasileira

No Brasil, o neoliberalismo busca uma formação geral e polivalente, com objetivo da qualificação de mão-de-obra para o mercado. Essa preocupação de mão-de-obra, possui mais interesses técnicos que humanos. Na educação geral algumas disciplinas são consideradas mais importantes que outras, mostrando interesses com

uma finalidade específica, pois “a racionalidade está a serviço da rentabilidade, a qual está orientada pelo cálculo sistemático do capital”. (SANTOS Y ANRIOLI apud MARCUSE, 1979, p.7). Disciplinas como matemática e português são vistas como as principais, deixando de lado artes e música pôr exemplo, pois para trabalhar como caixa ou atendente em uma rede de supermercados, essas disciplinas serão mais aproveitadas. Essa mentalidade demonstra claramente uma tentativa de controlar e interferir no futuro do povo.

Em termos de estruturação social, no neoliberalismo vigora a manutenção da sociedade burguesa, com suas características básicas: a) trabalho como mercadoria; b) propriedade privada; c) controle do excedente econômico; d) mercado como centro da sociedade; e) apartheid, exclusão da maioria; f) educação regulada pela divisão social de classes. Porém, em termos estruturais, a novidade é que a ordem burguesa está sem alternativa, ou seja, o capitalismo prova sua ineficácia generalizada e a crise apresentada revela seu caráter endógeno, ou seja, o capitalismo demonstra explicitamente ser o gerador de seus próprios problemas. Se o mercado é a causa da crise e se boa parte das soluções apresentadas para enfrentar esta crise prevê a ampliação do espaço do mercado na sociedade, a tendência é que os problemas sejam agravados. Na sociedade contemporânea, cabe ao Estado garantir a harmonia entre a liberdade máxima de escolha dos indivíduos e o compromisso com a eficiência e a qualidade. Ora, o que vemos no cotidiano não é bem isso: apenas tem liberdade de escolha quem tem poder aquisitivo e este, por sua vez, só é alcançado por meio de uma economia estável, em que é possível manter-se num emprego com uma relevante estabilidade salarial. (SANTOS Y ANDRIOLI, 2005, p. 7).

Existe uma hierarquia nas relações sociais, nela é fundamental a produção de ‘perdedores’, onde é tão importante como a de ‘vencedores’. Nessa produção é passado que o fracasso dos jovens não vem da precariedade do ensino público e da falta de oportunidades, mas do pouco esforço dos estudantes, porém aos vencedores, é necessário convencê-los que seu sucesso advém do seu esforço e dedicação. Nesse raciocínio a elite passa a ser justificada como classe privilegiada e superior aos menos favorecidas pelo sistema. Assim sendo as escolas acabam por produzir uma parcela de fracassados, para fornecer trabalhadores desqualificados para a manutenção desse ciclo econômico.

O Estado tem-se abdicado da sua função de promover políticas públicas eficazes de transformar realidades, ele deixa para o sistema educacional a responsabilidade de promover ascensão social, cultural e econômica. No entanto a filosofia neoliberal é de uma educação regulada para o mercado. Com isso como vencer? Já que na história da educação brasileira, o país sempre sofreu influências das classes dominantes, conforme Matos (2009). “Por mais que se quisesse emancipar, sempre existiu uma relação determinista por parte do governo que compactuava com decisões vindas da burguesia”. Com a permanência desses laços que privilegiam claramente uma minoria, o sistema tenta transmitir a teoria do capital humano, essa tem por finalidade explicar que o fracasso escolar, vem do pouco esforço pessoal.

Com isso criou-se um conformismo que se legitimava sob uma educação diferenciada. Uma teórica e ampla para os ricos da elite, contra uma de formação técnica e prática para os pobres, ou a grande massa. Essa triste realidade retrata um pré-determinismo da união entre a classe burguesa e o Estado, em relação ao sistema educacional.

No Brasil, o plano neoliberal para a educação vem dando certo, e com bastante êxito, pois vemos “menos Estado e mais mercado”, no que tange ao sistema educacional.

O progressivo aumento das privatizações é a prova mais evidente disso e como se não bastasse, a educação, que já é em parte controlada pela iniciativa privada, está sendo entregue de uma vez por todas ao domínio do capital. O caso mais preocupante é o da tentativa de privatizar as universidades federais. Se isto acontecer, as chances já escassas do cidadão pobre estudar, mesmo com a universidade pública e gratuita, acabarão definitivamente. (SANTOS Y ANDRIOLI, 2005, p. 9).

A iniciativa privada não busca o desenvolvimento humano enquanto cidadão crítico e consciente, mas só se preocupa com os lucros, além de não ter nenhum compromisso com o real desenvolvimento do país.

Com efeito, sob a lógica da disputa do mercado, trata-se à produção e comercialização de bens que permitam recuperar os investimentos feitos em pesquisa e desenvolvimento, alcançando um lucro considerável antes que outros produtos semelhantes, que atuam com propriedades similares, sejam disponibilizados no mercado pelos concorrentes. Desse modo o conhecimento é produzido tendo-se como finalidade, basicamente o lucro e não a promoção da cidadania ou o progresso da ciência em suas múltiplas áreas. Inúmeras pesquisas extremamente prioritárias, do ponto de vista humanitário, não são desenvolvidas pelo conjunto dessas empresas, uma vez que os seus resultados não seriam fonte de lucro. (SANTOS Y ANDRIOLI apud MANCE, 1999, p. 9).

Com isso uma série de consequências são desencadeadas no sistema educacional, como:

- Busca por resultados rápidos e baratos, causando as aprovações automáticas.
- Formação mais profissionalizante e menos abrangente, direcionada para o preparo da mão-de-obra barata.
- Aumento das privatizações na educação, pois o ensino público fica sucateado.
- Aceleração da aprovação, para desocupação da vaga, com isso a qualidade do ensino fica comprometida.
- Alteração do termo “igualdade social” para “equidade social”, esse não se preocupa com a igualdade do direito de todos, mas apenas com a amenização da desigualdade.
- Aumento de matrículas, embora não haja vagas suficientes, mas fica uma sensação de um falso marketing positivo.
- Privatização das universidades.
- Parcerias com a sociedade civil (organizações sociais e empresas privadas).

Que medidas devemos tomar para tentar combater esse quadro tão desfavorável, que se encontra a educação do Brasil? Esse é um dos grandes desafios da atualidade.

CAPÍTULO III

3.1. Os projetos sociais que usam a música como uma ferramenta para o enfrentamento da realidade.

Os projetos promovidos pelas ONGs, levam serviços de modo a preencher as lacunas deixadas pelo governo, com relação as populações, em especial de as de baixa renda. Os projetos que trabalham com a música, como sua ferramenta para promover o desenvolvimento em comunidades acabam pôr vezes recebendo associações e naturalizações feitas pela grande mídia, taxando-os como salvadores, com isso acabam promovendo uma segregação com as populações assistidas. Um exemplo foi a reportagem publicada por um jornal carioca O Dia Online de 26/07/2009. Nela traz uma imagem bem caracterizada da mídia pelos moradores de favelas e comunidades, “um melodioso exército de jovens vem fazendo da música sua arma contra a violência. Eles usam instrumentos como violinos, flautas, trompetes e contrabaixo para substituírem os sons fuzis e metralhadoras por notas musicais(...)”. (ARAÚJO,2006 apud GUAZINA, 2011, p.5). Isso mostra a imagem negativo que fazem dos moradores de comunidades. A mídia tenta generalizar que todos os moradores de favelas são bandidos ou envolvidos com o tráfico. Até parece que só existe crime e violência nas comunidades carentes.

As práticas musicais promovidas pelas ONGs acabam ganhado contornos de naturalização, em relação aos seus resultados positivos na questão da ‘transformação social’.

Há um conjunto de concepções associadas à premissa de ‘transformação social pela música’, que relacionam as práticas musicais, em especial o ensino musical direcionado a crianças e jovens das camadas populares, com a cidadania, a autoestima, a evitação do risco de um futuro de crime ou de envolvimento com as drogas. Nesse ínterim, a ocupação do tempo e a retirada dos jovens e crianças da ‘rua’ são temas recorrentes (ARAÚJO, 2006 apud GUAZINA, 2011, p. 6).

A história sócio-política brasileira, mostra um aumento da violência criminal urbana. Esse passou a ser um dos assuntos mais relevantes nos últimos tempos, nos noticiários e em campanhas políticas. Com a sua associação feita a camadas populares

de baixa renda, e vindas de comunidades e favelas. Demonstrando o preconceito feito de forma cruel em nosso país.

A associação ‘morador de comunidade e crime’, tem servido de incentivo para o crescimento das ONGs em comunidades carentes, pois ainda é mantido o dito popular ‘É melhor prevenir do que remedir’. Esse ditado demonstra a visão limitada que o poder público tem dos moradores de comunidades, por isso tentam empurrar projetos em tais lugares.

A presença de tais iniciativas em muitos casos tem por base o argumento sintetizado por esse ditado, ou seja, em um contexto de criminalidade intensa é preciso afastar o jovem de qualquer possibilidade de envolvimento com práticas ilegais. Neste sentido, a ocupação do tempo torna-se essencial, uma vez que, como afirma outro ditado famoso: “mente vazia é oficina do diabo”, isto é, ócio disponível para o favelado é sempre um sinal de perigo. (ARAÚJO, 2006, p. 17).

Os jovens moradores de comunidades ganharam definições feitas pela mídia, ‘hora são pobres coitados, hora são possíveis criminosos’. Com isso, de acordo com tais definições midiáticas, um emprego ou um projeto é fundamental para a ocupação segura do tempo desses jovens, que de uma forma geral também beneficiam a sociedade num todo. “De acordo com esse raciocínio os projetos sociais, afastando os jovens da criminalidade, estariam também colaborando para a “segurança pública”. (ARAÚJO, 2006, p. 18). Fato que demonstrando a pouca preocupação com uma real mudança de vida desses jovens, deixando claro que o apoio no projeto ou no emprego, é apenas uma faixa para mantê-los ocupados e de certa forma, controlados.

É claro que nem todos os projetos possuem essa mentalidade, contudo é quase impossível eles não fazerem projeções sobre o futuro dos jovens moradores de comunidades, as mais corriqueiras são as de que esses jovens se tornaram jogadores de futebol ou artistas. Isso após sua participação nos projetos.

Nenhuma das perspectivas, apesar de dispensarem aos jovens tratamento diferenciado, discute as condições que permitam a favelização e possíveis soluções para que se construa uma cidade mais

justa. É um perfil de trabalho assistencialista e não transformador, tornando com isso difícil imaginar que esse jovem “atendido” de fato se tornará um protagonista e mudanças significativas para ele mesmo e para seus pares (vizinhos, amigos, parentes e demais da rede comunitária). (ARAÚJO, 2006, p. 18).

É triste, mas não vemos um tratamento sério quanto ao protagonismo juvenil, pois grande parte dos projetos, são idealizados pelo governo ou pela iniciativa privada, deixando os jovens apenas como executantes, e sem nenhuma participação na formulação das atividades.

Essa distinção feita entre os idealizadores e os executantes, também é vista no repertório musical dos projetos, pois o que é executado nas orquestras e nos coros são em geral músicas eruditas. Particularmente não vejo problema com a música em si, mas tal atitude, demonstra uma visão ditatorial entre o educador com os educados. Isso nos mostra que a cultura pré-concebida do educado é totalmente anulada, e que somente o educador pode transmitir o conhecimento, visto como verdade absoluta e inquestionável.

É importante considerarmos e avaliarmos os trabalhos feitos pelas ONGs, em comunidades carentes. E verificarmos que mudanças essas têm de fato proporcionado para a juventude, se realmente elas conseguem atender às suas reais necessidades, e se promove uma real mudança na estrutura social.

De uma forma direta ou indireta, esse contexto de abandono por parte dos governantes, e o preconceito dado aos moradores de comunidades, acabam promovendo uma aproximação entre os projetos sociais e a política de segurança pública, que utiliza a arte como um mediador de possíveis confrontos entre o Estado e as massas, muito ‘similar’ com a ideia do neoliberalismo. Nesse caso a cultura é vista como:

(...) um meio de negociação de conflitos acerca da cidadania e melhoria nas realidades sócio-políticas e econômicas, como expressa Yúdice (2006). Em meio a esses acontecimentos, o autor assinala que a compreensão de que a música serve como resposta à violência faz parte de uma transformação geral no valor e na *episteme* da cultura no mundo contemporâneo, onde a cultura passou a ocupar o lugar político. (GUAZINA, 2011, p.7).

Assim sendo questões contraditórias passaram a ser associadas, como a paz sendo a ausência de conflitos, causando com isso uma banalização das noções de cultura e violência, além da posição do Estado com relação a isso. Essa banalização se dá com a cultura ditatorial e autoritária que as práticas culturais se dão em alguns projetos, sem se preocuparem com a transformação social.

A paz não é a ausência de conflitos, mas a possibilidade de construção de um novo contrato social em que é instituída uma ordem democrática não excludente em termos políticos, econômicos, sociais e culturais. (OCHOA, 2003 apud GUAZINA, 2011 p. 7).

O ensino musical ofertado pelos projetos, mesclam aulas de música com interesses políticos. A partir dos anos 90, muitos serviços do Estado foram transferidos para as ONGs administrarem, em especial o cuidado com a juventude, pois esses se tornaram uma problemática para a sociedade num todo, pois antes o público alvo dos projetos eram as crianças.

Não podemos esquecer que, as ONGs em sua maioria, substituem a ação do poder público, e que elas recebem parte da verba destinada a educação. Com medidas como essa, o governo acaba promovendo o sucateamento das instituições de ensino público, além de dificultar o alcance dos jovens de baixa renda, a uma educação que lhes permitam uma formação ampla, não apenas voltada para o mercado de trabalho.

Neste vácuo, deixado pelo próprio Estado, as “soluções” logo aparecem sob a forma de uma ONG. Delega-se a tais iniciativas inúmeros projetos de complementação escolar com verbas públicas sob gerenciamento privado, na maioria das vezes, inibindo a pressão social por mais investimentos diretos em educação. (ARAÚJO, 2006, p. 25).

Contudo as ações não governamentais, não conseguem produzir grandes efeitos, pois em sua maioria, os projetos pouco transmitem conteúdos pedagógicos necessários para uma real mudança de vida, focando muito em atividades lúdicas, que na maioria

das vezes só servem para ocupar o tempo dos assistidos. Causando com isso a continuidade do ciclo, no qual, os jovens pobres são preparados apenas para ocuparem funções menos prestigiadas pela sociedade, como: office boy, auxiliar de serviços gerais, operadores de caixa, vigilantes, entre outros.

Nos últimos anos, os projetos vêm ganhando cada vez mais um caráter empregatício, mesmo sendo a maioria dos contratos temporários. Eles já fazem parte da realidade dos participantes, que de certa forma, funciona como um estimulante para que esses jovens se empenhem cada vez mais nesses projetos, almejando essa ajuda de custo. Outro ponto preocupante que envolve os projetos e o mercado de trabalho, é a fantasia vendida de que, todos jovens poderão ser tornar artistas famosos e ganhar muito dinheiro, após sua participação bem-sucedida nos projetos.

Parece haver o pressuposto de que todos aqueles garotos que aprenderam a tocar minimamente um instrumento, a cantar ou a dançar estariam prontos para ingressar no mercado artístico. Nesse mundo fantástico é criada a ilusão de que todos têm aptidão para arte, farão sucesso e ganharão muito dinheiro desta maneira. Sendo assim, cada vez mais são mostrados, nacional e internacionalmente, os exemplos de vitórias individuais como o modelo esperado. Cabe aqui, contudo, perguntar: será que há tanto espaço assim, no meio artístico, para todos os artistas e grupos formados? E ainda: o que fazer com o jovem que não se interessar por dançar ou cantar, por exemplo? Será que todos da favela já nascem com paixão pelo tambor? A vitória individual daquele indivíduo transformará toda a sociedade? (ARAÚJO, 2006, p. 26).

Embora haja a ciência, de que só alguns poucos conseguiram alcançar o ‘sucesso’, os idealizadores dos projetos, continuam a vender essa fantasia, pois aos poucos que conseguirem vencer, serviram de exemplo para os demais, além desse vencedor ser visto como um ‘marginal’ a menos.

Essa é a imagem vendida pela mídia a sociedade, pois se um conseguiu, todos podem conseguir, se não o fazem, a culpa é do pouco empenho que tiveram. O ‘irônico’ é que a maioria dos participantes dos projetos, são jovens oriundos de favelas e comunidades de baixa renda, além da questão racial, que em grande parte são negros e mestiços.

Enquanto a maior parte da população negra e pobre é duramente reprimida e expropriada de direitos, uma minoria surge como exemplo de possibilidade de ascensão social através da arte, (dos projetos culturais) e com isso, fazendo com que aquele sujeito pobre se ache incompetente, já que alguém que compartilha sua condição social chegou lá! Porque ele também não consegue? (ARAÚJO, 2006, p. 27).

Isso demonstra o caráter cruel de alguns projetos, pois será que todos os jovens de comunidades possuem aptidões artísticas ou querem seguir essa carreira? Entre essas questões e outras que devemos analisar bem as propostas dos projetos. Outro ponto que a mídia tenta vender é a questão salvadora dos projetos em comunidades carentes. Uma das principais marcas dos projetos com a juventude, é o caráter salvacionista, que nos dá a ideia que esses jovens estão perdidos e que precisam que alguém os salve do destino ruim que lhes aguarda.

O caráter ‘salvacionista’ e ‘assistencialista’ são características fortemente presentes na tradição da Assistência Social brasileira. Couto, Yazbek e Raichellis (2010) afirmam que a literatura brasileira especializada em políticas sociais aponta que, historicamente, essas políticas foram de pouca efetividade social e grande subordinação aos interesses econômicos dominantes, sendo incapazes de interferir na desigualdade e pobreza que caracterizam a sociedade brasileira. As raízes dessa ineficiência estão estabelecidas em décadas de serviços baseados em mando, que configurou um padrão arcaico de relações, enraizado na cultura política brasileira, conforme as autoras. (GUAZINA, 2011, p.21).

Um bom exemplo da associação feita entre música, política e violência é a ‘escopetarra’, do músico colombiano César López. Esse instrumento consiste na transformação de um fuzil AK-47 em uma guitarra. Ele foi inspirado nos conflitos colombianos, e junto com o luthier Luis Alberto Paredes. César criou esse instrumento que é utilizado em apresentações com objetivo de conscientizar o público da realidade conflituosa que o país sofre, assim como tantos outros países. O músico descreve seu instrumento em uma entrevista para a BBC.

(...) “uma guitarra que serve para tocar, que mudou a natureza bélica do objeto original”. Continua ele, “desenhei este aparato que é uma arma transformada em guitarra, com todos as especificações técnicas de uma guitarra, mas utilizando como base o fuzil, sobre o fuzil se colocam as cravelhas, os microfones, os circuitos e se converte em um objeto de reflexão”. (GUAZINA, 2011, p. 40).

Outras armas capturadas pelo Estado colombiano se converteram em escopetarras. No Brasil esse instrumento também ganhou destaque em uma inauguração de uma escola de informática em uma comunidade do Rio de Janeiro, onde a mídia fez grande ênfase na apresentação do instrumento, ao então governador Sérgio Cabral.

Com o quadro da atual política, a cultura ganhou outras funções que ultrapassam apenas a promover do belo, ela passou a atuar de maneira decisiva na resolução de conflitos da sociedade “(...) esse é um produto direto do capitalismo atual, que colocou a cultura no centro dos conflitos, seja em direção mais libertárias, seja no controle exercido sobre a população por parte do Estado”. (YÚDICE, 2006 apud GUAZINA, 2011, p. 41).

Com os problemas em que as grandes massas do país se encontram, a cultura passou de transcendência do belo para solucionador de problemas como a criação de empregos e a promoção de renda para os participantes e seus dependentes, não podemos dizer que os projetos solucionam todos os problemas, mas eles contribuem com conceitos de cidadania, aulas como o ensino da arte entre outros, que acabam por fazer com que esses jovens se valorizem mais, além de ser uma porta aberta, coisa que o setor público costuma fechar as populações menos privilegiadas.

3.2.O canto orfeônico e os projetos sociais

Essa ideia de que as práticas musicais possuem um efeito de solucionar problemas sociais, e sua relação com a político não é nova, principalmente seu uso através do ensino de música, pois entre os anos de 1930 até 1945, Villa-Lobos instaurou o canto orfeônico, no período do governo de Getúlio Vargas.

(...) durante o projeto orfeônico, foi criada uma grande estrutura político-institucional-educacional capaz de suportar e multiplicar a proposta, baseada nas grandes concentrações corais para ‘civilizar’ os brasileiros. Isso era feito por meio de hinos cívicos e temas folclóricos e populares escolhidos como aqueles capazes de moldar o caráter da nação. As grandes concentrações corais tinham o intuito de civilizar os brasileiros, uma vez que a música era compreendida como uma arte disciplinadora por excelência. Disciplinava-se operários, professores, jovens e crianças em busca de um trabalho cada vez mais eficiente, que beneficiasse a nação para a ordem e o progresso. (CONTIER, 1988 apud GUAZINA, 2011, p. 32).

Nesse momento histórico no Brasil, a música era vista como uma alternativa para conciliar as classes, com isso havia grande propagação da música no ambiente escolar, pois entendia-se que a música trazia consigo: coletividade, disciplina, civismo, além do fortalecimento do nacionalismo. Esse conjunto de valores eram vistos como essenciais para a instauração da ordem e do progresso no país.

Embora o orfeão fosse de grande relevância para os planos políticos, ele possuía um baixo custo financeiro, pois utilizava a voz como seu principal instrumento. No canto orfeônico podemos ver uma questão muito presente nos projetos atuais, um deles é a questão de alguém deve levar a salvação para um grupo que se encontra ‘perdido’.

Villa-Lobos reunia elementos do imaginário das elites intelectuais do início do século XX em que a arte era engajada na transformação social pela regeneração do povo inculto. Essa seria a origem do ‘entusiasmo messiânico’ de Villa-Lobos, nesse momento ‘revolucionário’, que era amparado profundamente pelo Estado e pelas modernas técnicas de propaganda do período. (PARADA, 2008 apud GAUZINA, 2011, p. 33).

O canto orfeônico já existia antes de Villa-Lobos o colocar no cenário nacional, com inspirações dos corais alemães que contribuíram para a propagação e ascensão do nazismo, esse evento fez com que intelectuais brasileiros se interessassem por sua utilização.

Na Europa, o orfeão tinha importância desde o século XIX e estava ligado diretamente à ideia de ordenamento e pacificação dos

trabalhadores. Fulcher (1979) afirma que os trabalhadores industriais eram vistos com ambivalência pelos funcionários do segundo Império francês, que compreendiam a música como uma ‘panacéia’ moral capaz de melhorar a condição da classe trabalhadora francesa. O orfeão era considerado um símbolo democrático, espalhado-se por todo território francês. Eventualmente, empregava alguns dos mais importantes compositores, regentes e professores franceses. (GUAZINA, 2011, p. 34).

O orfeão passava a ideia de cultura democrática, ele era de interesse político na questão da propagação da ideologia do Estado. A música promovia a harmonia social, quase como uma obediência religiosa, ela também tinha o poder de mexer com o emocional, fazendo com isso um aumento no rendimento do trabalho, além de prevenir possíveis agitações política e sociais. Um dos pensadores que ajudou a promover essa ideia foi Comte.

(...) Augusto Comte contribuiu para estabelecer a ênfase na cultura para o pobre por também estar convencido de que a cultura poderia facilitar a verdadeira paz e harmonia social. A arte, para Comte, deveria ser destinada ao povo como meio de incorporar-lhe opiniões comuns e familiares, por isso tinha função moral e mental para os trabalhadores. A música deveria ser praticada em grandes grupos que permitiriam que até os analfabetos pudessem aprender esses valores que inculcados nos indivíduos em prol da ‘concordância’ entre os homens. Esses valores foram estimulados no império francês, tendo relevância os ideais de altruísmo, crença em Deus e aceitação do sofrimento pela classe trabalhadora, tida como pátria, sem moral e perigosa. O orfeão configurava-se como um ‘entretenimento seguro’ (FULCHER, 1979 apud GUAZINA, 2011, p. 34).

Villa-Lobos instaurou o orfeão nas escolas, com um olhar político, para um povo “bom-rústico-ingênuo”. Para Villa-Lobos o canto orfeônico permitia a assimilação natural da disciplina por seus usuários. Villa-Lobos concebia o orfeão como uma verdadeira religião.

(...) essas concepções eram influenciadas pela associação que Villa-Lobos fazia entre o canto orfeônico e a catequese. Conforme o autor, o maestro tinha obsessão pela catequese e pela figura de Anchieta, em quem se projetava. Índios na catequese e crianças no canto orfeônico eram imagens de um mesmo projeto de conversão do povo à ideia de

nação estabelecida. Assim. “Catequese, uso educativo do folclore, canto orfeônico, são aspectos de uma mesma representação” (*idem*, p 187). A isto se somava a concepção de que a arte era concebida pragmaticamente como como ‘terapêutica’ e ‘medicinal’, que devia ser aplicado em pequenas doses à ‘mocidade brasileira’ para que a disciplina fosse assimilada suavemente. (WISNIK, 1983 apud GUAZINA, 2011, p. 35).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse breve trabalho tenta levantar questões, que estão relacionadas aos motivos que levaram ao atual quadro do ensino em geral no nosso país. Sendo ela na escola ou em ONGs, além de mostrar como as ONGs e seus projetos sociais em especial o ensino de música, contribuem para a melhora de vida dos participantes. Contudo as ONGs acabam batendo de frente e se opondo a educação pública, pois elas passam a ideia de que a educação pública é insuficiente, e com isso as ONGs aparecem como solucionadoras dos problemas como a educação. Porém elas advêm do terceiro setor, que é privado, mostrando sua relação com o neoliberalismo, que tenta privatizar a educação pública. Isso acaba ocasionando uma contradição, pois como pode haver uma promoção social, com uma educação de que necessita do terceiro setor para poder preencher lacunas deixadas pelo governo? Sendo que na maioria das vezes, só as camadas populares necessitam das ONGs.

Com o patrocínio das empresas, do setor privado, e com o auxílio do Estado, essas ações são promovidas, mas não conseguimos ver uma real mudança na vida de toda a população atendida. O que vemos é uma ação com um teor quase que como uma esmola, feito com um cunho político, que tenta de alguma forma controlar as populações mais carentes, e com ações paliativas, que não solucionam por completo os problemas enfrentados pela população de baixa renda, mas camufla, passando uma falsa ideia, de que apenas um projeto irá mudar por completo a vida dessas populações, enquanto as elites continuam com seus privilégios. Contudo os idealizadores dos projetos continuam afirmando que a ‘arte’ ou o ‘belo’, por si só, são suficientes para promover uma transformação positiva na vida de alguém, mas se pararmos para pensar de um modo mais crítico, a realidade que vemos é a de um alto crescimento de ONGs e projetos, e a diminuição cada vez maior da qualidade do ensino público, pois de que adianta um jovem, morador de comunidade, se destacar em algum projeto, se ele não possui alicerces necessários para romper e ter a opção de seguir a carreira que desejar. A maioria desses jovens estudam em escolas públicas, onde faltam disciplinas como: língua portuguesa, matemática, história entre outras, ou quando as têm, são transmitidas como foi mostrado nesse trabalho, com muito desgaste dos profissionais de ensino, fato

que compromete os processos educacionais. E o que falar dos jovens ricos, que sempre tiveram ‘uma educação de primeira linha com disciplinas como arte por exemplo’, e o que dizer quando um desses se envolve com o mundo do tráfico de drogas, sendo consumidor ou traficante, será que a arte não serviu para esse? Logo podemos compreender que a arte não salva ninguém, mas de fato é uma ferramenta de mudança de vida, para quem tem a oportunidade de ter contato e quer fazer uso dela, como foi no meu caso. Contudo infelizmente ela é negada para a maior parte da população de baixa renda, mas para isso que as ONGs e seus projetos, meio que de forma contraditória, estão nesse cenário, para contemplar essa população. Contudo, reitero que é dever do Estado, promover ações culturais que realizarem reais mudanças na vida da população e sem repressão e discriminação com as pessoas de periferias e comunidades carentes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ARAÚJO, Samuel. A violência como conceito na pesquisa musical; reflexões sobre uma experiência dialógica na Maré. 2006. Rio de Janeiro. Revista Transcultural de Música, 2006. p. 33.

FERREIRA, G, S. Há riscos para o País com a desvalorização profissional. 2012. Brasília. Revista *Retratos da Escola*. jul/dez. v. 6, n. 11, 2012. p. 339-352. Disponível em: <<http://www.esforce.org.br>>, último acesso em 30/10/2016.

GUAZINA, L, S. Práticas musicais em organizações não governamentais: uma etnografia sobre a (re) invenção da vida. 2011. Rio de Janeiro. (UNIRIO), 2011. p. 329.

MACHADO, A, M, B. Organizações não- governamentais- ONGs: trajetória, concepções e práticas em educação popular. 2009. Paraíba. (Universidade Federal de Pernambuco), 2009. p. 320.

MATOS, S. C.M. *Cient., Ciênc. Human. Educ.* 2009. Londrina. (UNOPAR) jun. v. 10, n 1, 2009. p. 47-51.

SANTOS, R. Y ANDRIOLI, I, A. Educação, globalização e neoliberalismo: o debate precisa continuar. 2005. Madri. Revista Iberoamericana de educacion, 2005. p. 14. Disponível em: <<http://rieoei.org/desloslectores/905Santos.pdf>> , último acesso em 15/11/2016.